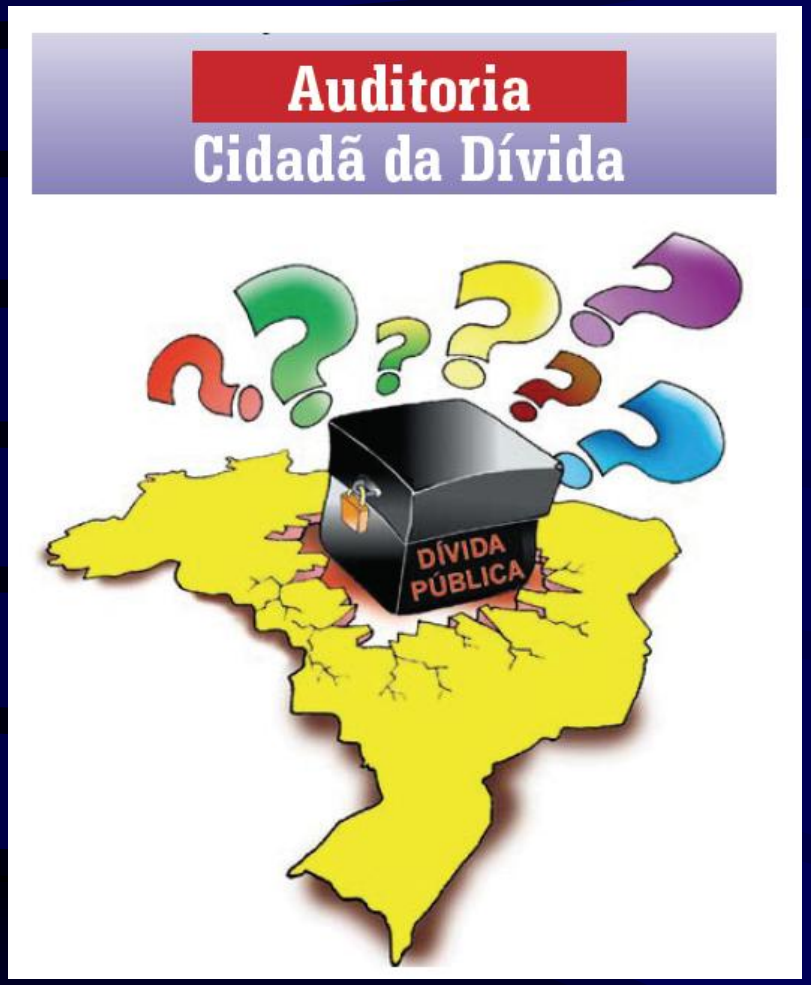


DÍVIDA PÚBLICA:

Instrumento de financiamento do Estado usurpado pela Especulação Financeira

XXVI Encontro Mineiro de Estudantes de Direito
PUC-Betim, 24 de junho de 2011

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO

CRISE DO CAPITALISMO DESDE 2008

- Crise gerada pelo Sistema Financeiro
- Emissão descontrolada de derivativos sem lastro
- Choque para conter quebra de bancos: Mega ajuda financeira aos bancos por meio de forte endividamento estatal; complacência com os responsáveis
- Exigência de recursos para cumprir o serviço da dívida
- Medidas de austeridade fiscal: corte de gastos e investimentos públicos e aumento de tributos indiretos

CONJUNTURA ATUAL – MUNDO
POVO EUROPEU X FMI E BANCOS

França

Irlanda

Grécia

Portugal

Inglaterra

Espanha

O Estado brasileiro no atual estágio de acumulação do capital

- Governo brasileiro também associado aos rentistas e à grande burguesia

- Maiores setores doadores da campanha de Dilma: Financeiro/Bancos, Construção Civil, Agronegócio, Mineração/Metalurgia/Energia

- Emissão de R$ 180 bilhões em títulos da dívida interna para os financiamentos do BNDES em 2009 e 2010

- Enorme subsídio público para os empresários, com pequenas sobras para os trabalhadores e migalhas para os pobres

CONJUNTURA ATUAL - BRASIL

- LUCRO DOS BANCOS EM 2010:

➢ Itaú/Unibanco = R$ 13,3 bilhões

➢ Bradesco = R$ 10 bilhões

➢ Banco Brasil = 11,7 bilhões (Apesar deste ser um banco "estatal", os lucros distribuídos a seu maior acionista - governo federal - são destinados por lei para o pagamento da dívida pública, beneficiando, de qualquer forma, aos bancos privados)

- Razão dos lucros exorbitantes: "*Sistema de Metas de Inflação*"; ausência de limites para os juros; benesses tributárias; falta de controle de capitais.

BRASIL: A DITADURA DO CAPITAL

Enquanto os mercados financeiros consomem a metade do orçamento público, por meio da dívida...

X

...metade da população do país é pobre ou miserável e sequer tem acesso a saneamento básico

O Brasil, 7ª. Economia Mundial, potencialmente tão rico...

- ocupa uma das piores posições mundiais em distribuição de renda – 8º. Colocado no Indice de Gini - perdendo a posição de campeão mundial em desigualdade apenas para a Guatemala e mais seis países africanos Suazilândia, república Centro-Africana, Serra Leoa, Botsuana, Lesoto e Namíbia

-Relativamente ao respeito aos direitos humanos – IDH - ocupamos a 73ª. posição, atrás de países que possuem condição bem mais complicada em termos de ordem constitucional, estado de direito e recursos, como a Macedônia e a Malásia

Conhecendo a REALIDADE: Alguns conceitos precisam ser revistos

DÍVIDA EXTERNA: Nos últimos anos, o governo brasileiro está emitindo títulos da dívida externa em **Reais**.

Dólar em queda livre, a partir do segundo semestre de 2006: Tesouro Nacional realizou emissões de títulos da dívida externa em Reais, preservando interesses dos rentistas estrangeiros que assim trocam seus dólares (em queda) por Reais.

http://www.stn.fazenda.gov.br/divida_publica/downloads/soberanosinternet.xls

Alguns conceitos precisam ser revistos

DÍVIDA INTERNA: O conceito tradicional, de que a dívida interna seria a dívida contraída com residentes no país também não se aplica, pois grande parte desta dívida (que alcança R$2,5 trilhões) encontra-se nas mãos de estrangeiros.

Abertura ao fluxo do mercado financeiro, garantindo:

- total liberdade de capitais, sem qualquer limitação de volume, prazo de permanência, tributação, exigência de informação do motivo da entrada ou da saída, enfim, de qualquer outro mecanismo de controle;

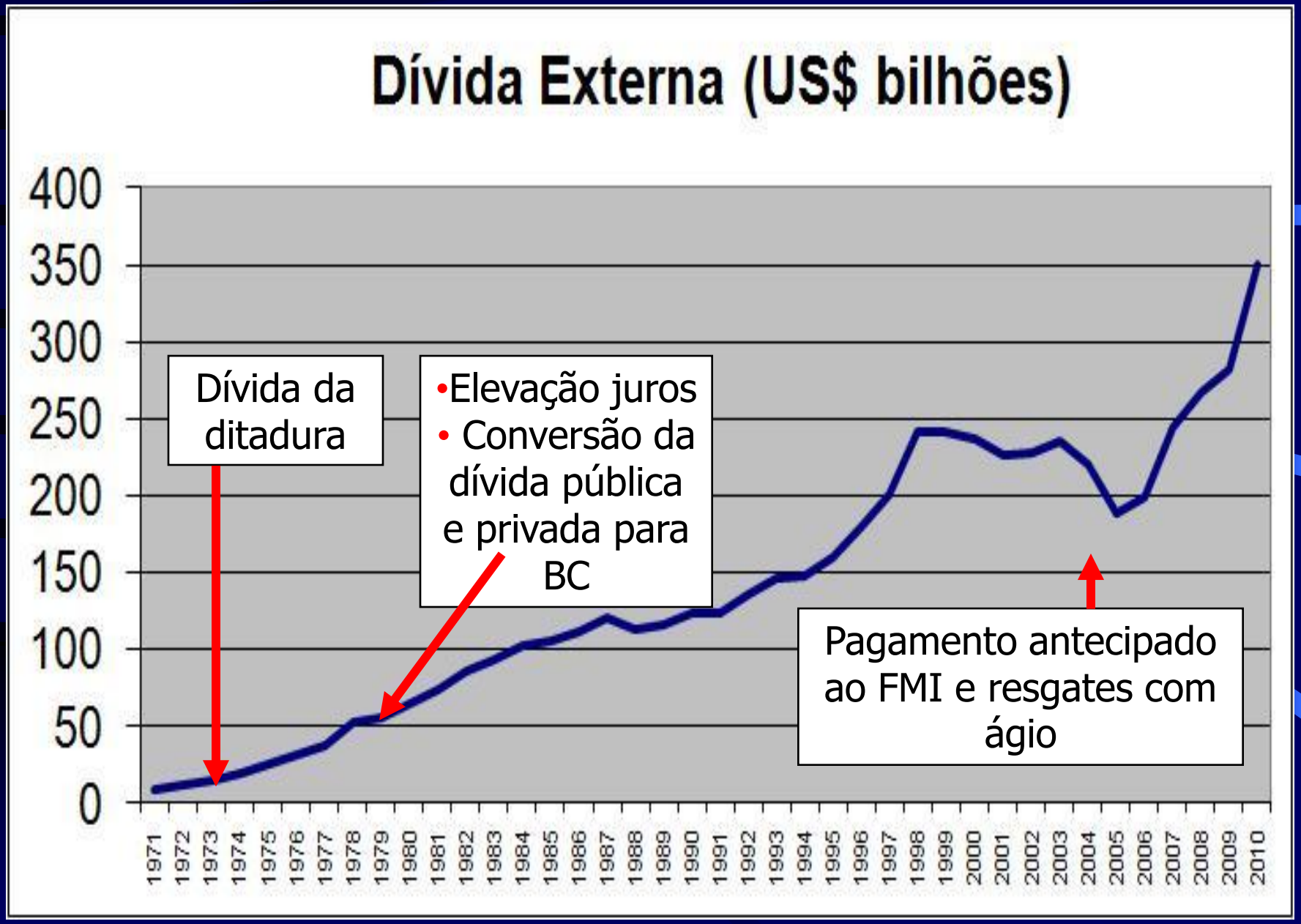
- isenção de Imposto de Renda (desde 2006) para estrangeiros que investem em títulos da dívida interna brasileira – a qual remunera às maiores taxas de juros do mundo!

Dívida externa – US$ 357.173.718.481,87

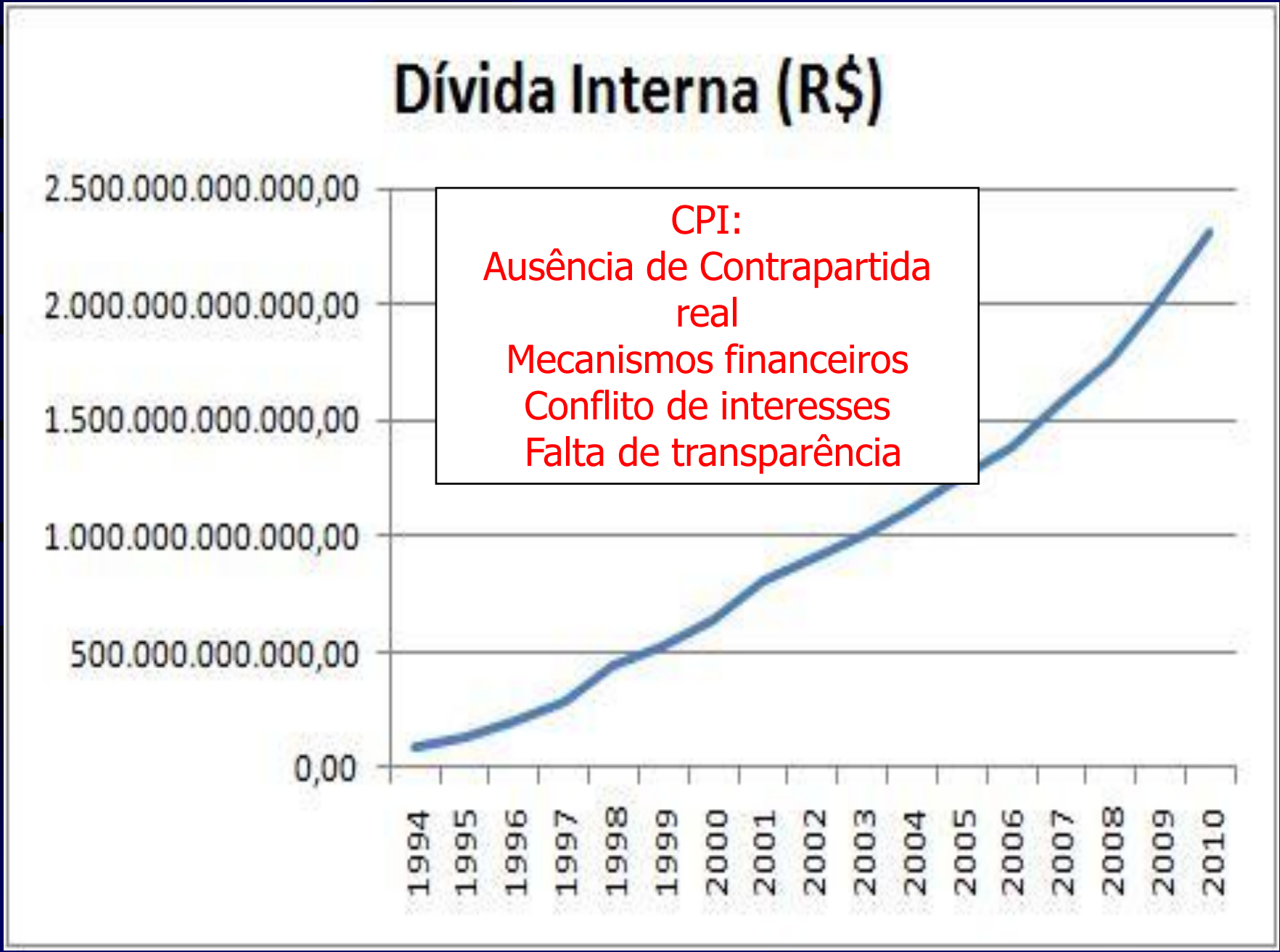
(357 bilhões, 173 milhões, 718 mil, 481 dólares e 87 centavos

Dívida interna - R$ 2.241.465.305.902,35
(2 trilhões, 241 bilhões, 465 milhões, 305 mil, 902 reais e 35 centavos)

- em jan/2011



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Setor Externo - Quadro 51 e Séries Temporais - BC



Fonte: Banco Central - Nota para a Imprensa - Política Fiscal - Quadro 35.

LIDERANÇA AMARGA

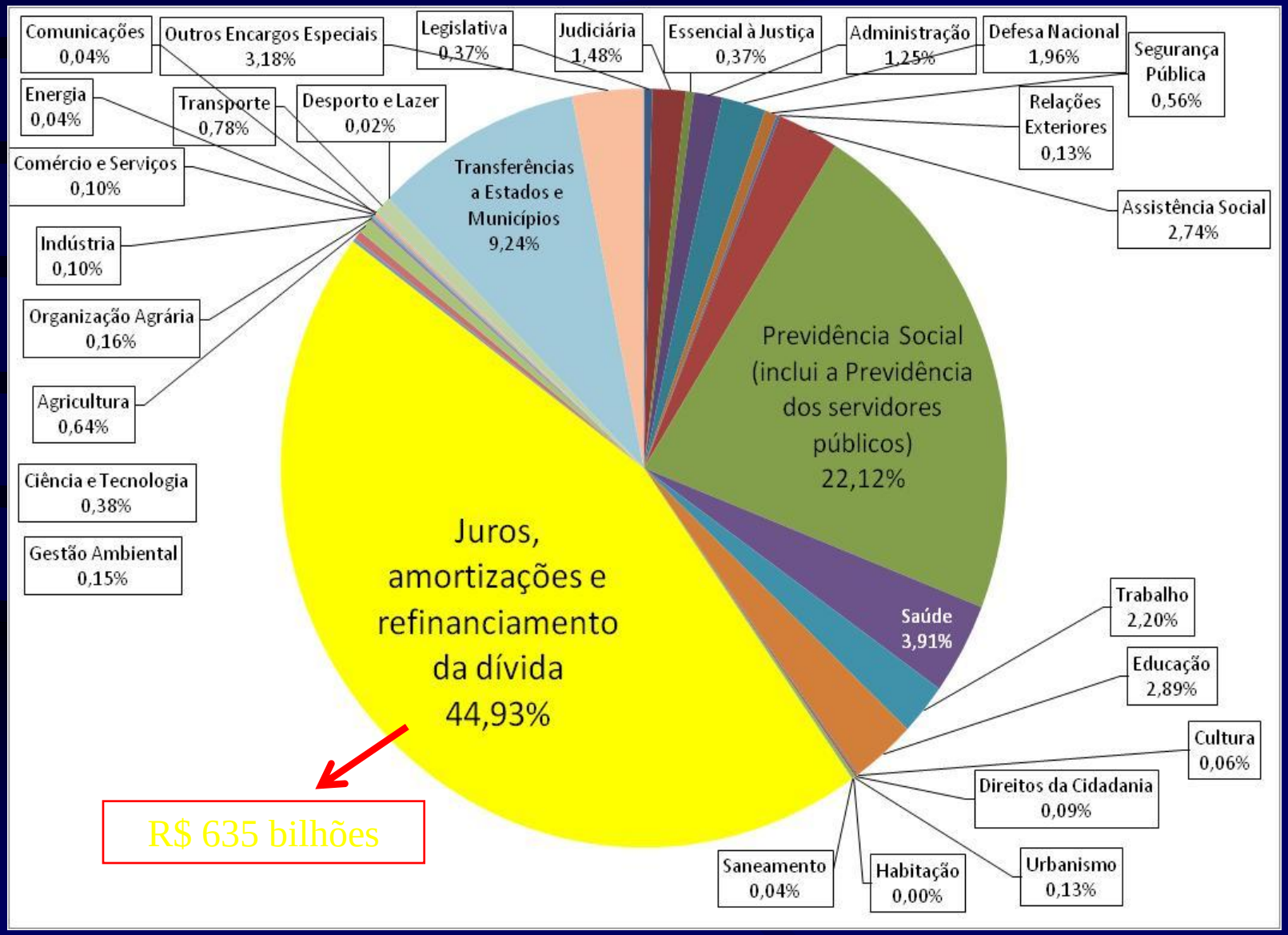
TAXAS DE JUROS NOMINAIS NO MUNDO

Fonte: JP Morgan

Ed. Minas - pg 14 - 04/11/2010

FOTOS: JORGE GONTIJO/EM/D.A PRESS

Orçamento Geral da União – Executado em 2010



Nota: Inclui o "refinanciamento" ou "rolagem" – Total do Orçamento 2010 = R$ 1,414 Trilhões

Fonte: SIAFI - Banco de Dados Access p/ download (execução do Orçamento da União) – Disponível em http://www.camara.gov.br/internet/orcament/bd/exe2010mdb.EXE.

Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida

Aspectos que demandam atenção especial por parte dos futuros advogados do Brasil e aprofundamento de estudos jurídicos:

- **Controle do Endividamento – ATRIBUIÇÕES LEGAIS NÃO CUMPRIDAS**
- **DANOS ÀS FINANÇAS DO PAÍS**
- **ILEGALIDADES**
- **DESRESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS**

Necessidade de envolvimento ainda mais incisivo e coletivo por parte dos jovens, especialmente estudantes de DIREITO

Não exercício de atribuições legais de controle do endividamento público por diversos órgãos:

Senado Federal

Controladoria Geral da União

Tribunal de Contas da União

Procuradoria da Fazenda Nacional

AFINAL, QUEM ESTÁ CONTROLANDO O PROCESSO DE ENDIVIDAMENTO BRASILEIRO?

Por que é necessário controlar? DANOS ÀS FINAÇAS DO PAÍS

- INDÍCIOS DE ILEGALIDADES e ILEGITIMIDADES APURADAS PELA CPI da DÍVIDA em diversas negociações lesivas às finanças nacionais, especialmente ausência de conciliação de cifras; resgates antecipados com ágio; estatização de dívidas privadas; contabilização de parte dos juros como se fosse amortização
- Prejuízos recorrentes do Banco Central
- Crescimento acelerado do estoque das dívida interna e externa
- Exigência de Superávit Primário crescente, prejudicando o atendimento das necessidades sociais, pois quase a metade do orçamento federal é destinado à dívida

Relatório Final – CPI da Dívida – Maio de 2010

Reconhece diversas ilegitimidades da dívida, denunciadas pela Auditoria Cidadã da Dívida

- Juros elevadíssimos (taxas não-civilizadas, como denominou o Relator da CPI) foram o fator mais importante para o crescimento da dívida, inclusive dos estados e municípios;

- Dívida Interna cresceu nos últimos anos para financiar a compra de dólares das reservas internacionais, com grande custo para as contas públicas;

- Senado Federal renunciou à sua competência, pois permitiu emissões de títulos da dívida externa sem especificar suas características (CAC);

- Falta de informações, ausência de documentos e falta de transparência

Relatório Final – CPI da Dívida – Maio de 2010

- Apesar do grave diagnóstico, o Relatório Final diz não ter encontrado irregularidades no endividamento, não recomenda a auditoria da dívida e não recomenda acionar o Ministério Público
- Resultado de "ACORDÃO" entre a Base do Governo e a Velha Direita (PSDB e DEM)
- Porém, a pressão da sociedade fez com que somente 1/3 dos 24 membros da CPI votassem a favor do "Relatório-Pizza".

"RELATÓRIO PIZZA" 8 X 5 VOTO EM SEPARADO

Poder Econômico	Sociedade Civil
Base do Governo	Apoiado também por 8
Velha Direita	parlamentares

VOTARAM A FAVOR DO RELATÓRIO – PIZZA:

DENUNCIEM OS QUE NÃO QUEREM SABER A VERDADE SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA QUE SÓ TEM FAVORECIDO AOS BANQUEIROS E SACRIFICADO A SOCIEDADE, QUE PAGA CARO POR UMA DÍVIDA QUE SUBTRAI INÚMEROS DIREITOS SOCIAIS

Virgílio Guimarães PT/MG (Gab. 275-III)	Jô Moraes PCdoB/MG (Gab. 322-IV)	Márcio Reinaldo Moreira PP/MG (Gab. 819-IV)	Nelson Meurer PP/PR (Gab. 916-IV)
Pedro Novais PMDB/MA (Gab. 813-IV)	Alfredo Kaefer PSDB/PR (Gab. 818-IV)	Manoel Junior PMDB/PB (Gab. 601-IV)	José Rocha PR/BA (Gab. 908-IV)

Voto em Separado - CPI

Encaminhado ao Ministério Publico (para elaboração de ações jurídicas)

Denuncia graves indícios de ilegalidades da dívida:

- Juros sobre Juros (Anatocismo), ilegal segundo o STF;
- Juros flutuantes na dívida externa – ilegais segundo a Convenção de Viena
- Ausência de contratos e documentos; ausência de conciliação de cifras; clausulas ilegitimas;
- Ilegalidade do livre fluxo de capitais, que deu origem à dívida interna;
- A grande destinação dos recursos orçamentários para o pagamento da dívida viola os direitos humanos e sociais;
- O Banco Central faz reuniões com os bancos e outros rentistas para definir as previsões de inflação, que definem as taxas de juros

RECOMENDAÇÃO: AUDITORIA DA DÍVIDA

VEJAM QUEM ASSINOU O VOTO EM SEPARADO (RELATÓRIO ALTERNATIVO) DO DEPUTADO IVAN VALENTE (PSOL/SP) E DAS ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL, QUE EXIGE AUDITORIA DA DÍVIDA E O APROFUNDAMENTO DAS INVESTIGAÇÕES PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E REPARAÇÃO DOS DANOS AO PATRIMÔNIO PÚBLICO

Ivan Valente PSOL/SP (Gab. 716-IV)	Paulo Rubem Santiago PDT/PE (Gab. 229-IV)	Hugo Leal PSC/RJ (Gab. 631-IV)	Cleber Verde PRB/MA (Gab. 581-III)
Julião Amin PDT/MA (Gab. 550-IV)	Ernandes Amorim PTB/RO (Gab. 318-IV)	Carlos Alberto Canuto PSC/AL (Gab. 301-IV)	Pedro Fernandes PTB/MA (Gab. 814-IV)

DÍVIDA COMO FERRAMENTA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PÚBLICOS PARA O SETOR FINANCEIRO PRIVADO

PRIVILÉGIOS AOS ESPECULADORES

Altas taxas de juros

Política de priorização total aos pagamentos da dívida

Isenção fiscal aos estrangeiros que investem em títulos da dívida interna

Dívida Interna: Nova face da dívida externa

Ingresso de moeda estrangeira aciona Sistema de Metas de Inflação

Aplicação em Reservas Internacionais

Juros quase zero

TÍTULOS DA DÍVIDA INTERNA

Juros mais elevados do mundo

Prejuízo Banco Central
2009 = R$ 147 bilhões
2010 = R$ 50 bilhões

MÁ GESTÃO DA DÍVIDA EXTERNA

DANOS ÀS FINANÇAS DO PAÍS

- **Transformação de Dívida Externa em Interna**
- **Pagamento Antecipado ao FMI (2005)**
- **Resgate antecipado dos Bradies (2006)**
- **"Erro" de US$32,7 bilhões (2001)**
- **Resgate de títulos da dívida externa no mercado secundário com ágio (a partir de 2006)**

ILEGALIDADES DA DÍVIDA EXTERNA

- Cláusula de Ação Coletiva (CAC)

- Cláusulas Contratuais

-Alta Unilateral das taxas de juros internacionais (Libor e Prime) pelos bancos credores

- Manipulação do Risco País

TENTATIVA DE REALIZAÇÃO DE AUDITORIA DA DÍVIDA COMISSÃO DE 1989

- Artigo 26
  Disposições Constitucionais Transitórias

- Primeiro Relator ➡ Senador Severo Gomes
  Análise dos aspectos jurídicos dos contratos
  Cláusulas desenganadoramente nulas de pleno direito, aberrantemente infringentes da Constituição.

- Destaques

- **Renúncia à alegação de nulidade**
- **Renúncia à alegação de nossa soberania**

COMISSÃO DE 1989

"Sem qualquer sombra de dúvida, aqui está o ponto mais espantoso dos Acordos ... Esta cláusula retrata um Brasil de joelhos, sem brios poupados, inerme e inerte, imolado à irresponsabilidade dos que negociaram em seu nome e à cupidez de seus credores ... Este fato, de o Brasil renunciar explicitamente a alegar a sua soberania, faz deste documento talvez o mais triste da História política do País. Nunca encontrei ... em todos os documentos históricos do Brasil, nada que se parecesse com esse documento, porque renúncia de soberania talvez nós tenhamos tido renúncias iguais, mas uma renúncia declarada à soberania do País é a primeira vez que consta de um documento, para mim histórico. Este me parece um dos fatos mais graves, de que somos contemporâneos."

(Senador Severo Gomes)

COMISSÃO DE 1989

Relatório Final - Dep. Federal Luiz Salomão

- Factibilidade de reduzir o montante da dívida externa

- Deduzir do principal consignado pelos bancos que emprestaram a juros flutuantes o excedente, avaliado em simulações feitas pelo Banco Central, que variavam de 34 a 62 bilhões de dólares, na época.

- Retomar as investigações e os processos judiciais tendentes a recuperar as perdas provenientes de fraudes e negócios ilícitos

- Responsabilizar penalmente os responsáveis internos e os cúmplices externos

- Repatriar as divisas evadidas clandestinamente.

COMISSÃO DE 1989

"Manobras impediram que o relatório fosse votado na Comissão Mista ... Sem o apoio da maioria da Comissão, o parecer foi levado a exame do Plenário do Congresso ... os partidos majoritários na Câmara e no Senado optaram pela omissão."

(Dep.Fed. Luiz Salomão)

A MAIOR VIOLÊNCIA É A NEGAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS BÁSICOS

POR ISSO, deve ser realizada a auditoria da dívida, cujos juros extorsivos estão impedindo o crescimento econômico e tornando nosso potencialmente rico país empobrecido e cada dia mais violento.

A Auditoria Cidadã da Dívida

AUDITORIA DA DÍVIDA

- **Prevista na Constituição Federal de 1988**
- **Plebiscito realizado no ano 2000, do qual participaram mais de seis milhões de pessoas.**
- **Enquanto o Congresso Nacional se omite...**

AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

www.divida-auditoriacidada.org.br

AS TAREFAS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

I - Resgate Histórico da Dívida
Estudos, Resgate e Análise dos documentos

II - Acompanhamento dos Fatos Atuais
Acordos com FMI, Orçamento da União, Propostas de Renegociacão, Outros mecanismos (Risco-país e Cláusula de Ação Coletiva - CAC)

III - Compilação de Argumentos Jurídicos
Dívida Odiosa, Força Maior, *Rebus Sic Stantibus*

IV – Articulação Internacional
Auditoria como ferramenta política

OS RESULTADOS DA AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA

- Participação na Comissão Oficial de Auditoria da Dívida do Equador
- Instalação da CPI da Dívida na Câmara dos Deputados
- Assessoria Técnica à CPI
- Ação – ADPF – impetrada pela OAB junto ao Supremo, exigindo o cumprimento da Constituição Federal
- Modelo para recente criação de comissões de auditoria cidadã na Irlanda e Grécia
- Publicações, participação em debates nacionais e internacionais, página www.divida-auditoriacidada.org.br

Propostas para CORED-MG:

- Aprofundamento dos estudos sobre as Análises Técnicas da CPI

-Aprofundamento dos aspectos jurídicos relacionados ao processo de endividamento

- Controle do Endividamento
- Danos às finanças do País
- Ilegalidades

- Acompanhamento dos trabalhos em andamento no Ministério Público

-Divulgação e participação na AUDITORIA CIDADÃ DA DÍVIDA – Núcleo MG

Projeto de Resolução com o objetivo de criar Comissão de Auditoria da Dívida Externa. Diz o Projeto:

"***A crise da dívida soberana é a expressão mais grave de uma profunda reconfiguração das relações internacionais, da pressão dos mercados financeiros, da vulnerabilidade dos Estados-Nação e das regiões monetárias, como a zona euro, e da evolução das economias reais. No contexto europeu, essa crise arrastou a Grécia, depois a Irlanda e finalmente Portugal para um resgate financeiro definido por um programa de empréstimo e de intervenção económica negociado com o FMI, a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu.***

Ora, as condições deste empréstimo penhoram o desenvolvimento económico português e submetem os cidadãos a drásticas condições no seu futuro imediato. O conhecimento detalhado da natureza da dívida é por isso uma exigência democrática elementar que os contribuintes têm o direito de ver satisfeita."

Em sua fala, o deputado Pedro Filipe Soares mostrou a necessidade de realizar a *"clarificação democrática da crise da dívida soberana".*

"Quando temos uma dívida para pagar devemos saber o que pagamos, como pagamos, quais os compromissos que assumimos".

Auditoria Cidadã da Dívida

NÚCLEO MINEIRO

C O N V I T E

A coordenação do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida **convida** para a plenária que fará realizar sobre o tema **"A crise da dívida pública dos Estados"** com o palestrante **Professor Fabrício Augusto de Oliveira**, Doutor em Economia pela Unicamp e Consultor em Finanças Públicas.

Debatedores:
Maria Lúcia Fatorelli – Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida
Sérgio Miranda – Coordenador do Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida

Data – dia 05 de julho (terça-feira)
Horário – 19 horas
Local – Auditório da Associação dos Funcionários Fiscais do Estado de Minas Gerais – AFFEMG
Rua Sergipe, nº 893 – 2º andar

Lançamento do livro:
"Economia e política das Finanças Públicas no Brasil" uma visão não convencional das finanças públicas pelo autor: Fabrício Augusto de Oliveira.

Auditoria Cidadã da Dívida

Obrigada

Eulália Alvarenga

Slides: Maria Lucia Fattorelli Carneiro

Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida

www.divida-auditoriacidada.org.br

Núcleo Mineiro da Auditoria Cidadã da Dívida
auditoriacidadamg@gmail.com